



*A dita foi aprovada por maioria
com quatro abstenções*

Assembleia Municipal do Porto de
ASSEMBLEIA MUNICIPAL *12 de Novembro de 2018*

Ata da Sessão Ordinária de 23 de abril de 2018

[Handwritten signature]
Faustina

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal na Sala das Sessões nos Paços do Concelho.

PRESENTES:

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Marco Regis Lacomblez Leitão, em substituição do Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Sara de Nascimento Figueiredo dos Santos, em substituição do Senhor Deputado Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima; Maria Luís Machado Pereira Botelho de Magalhães, em substituição da Senhora Deputada Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição do Senhor Deputado Pedro Luís da Rocha Baptista; Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio, em substituição do Senhor Deputado Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaioli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição da Senhora Deputada Cláudia Sofia da Costa Santos; Sofia Borges Proença Mexia Alves, em substituição do Senhor Deputado Diogo Miguel de Sá Meireles; Bebianna Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Serafim Ferreira Nunes; José de Magalhães Gagliardini Graça, em substituição do Senhor Deputado Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;



Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Filipe Jorge Coelho da Silva Oliveira, em substituição do Senhor Presidente de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, Luís Augusto Bragança de Assunção, em substituição do Senhor Presidente de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Laura Júlia Ferreira Lages de Castro Brito, em substituição do Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira; União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a sessão.

Disse que, em virtude de os Senhores Deputados Municipais João Pedro Furtado Cunha Semedo e Bárbara Lopes Veiga terem pedido a renúncia ao mandato, iriam tomar posse como novos membros efetivos da Assembleia Municipal, os Senhores Susana Salbany Constante Pereira e Pedro Miguel Cardoso Lourenço.

Deu ainda conhecimento do expediente recebido:

- Da Assembleia de Freguesia de Ramalde, uma deliberação sobre as carências detetadas naquela freguesia, apresentada pela CDU – Coligação Democrática Unitária.
- Da Assembleia de Freguesia de Ramalde, uma Moção sobre o reforço do papel das freguesias no alojamento social, apresentada pelo Bloco de Esquerda.
- Da CPCJ Ocidental, relatório de atividades e avaliação relativo ao ano de 2017.
- Da Plataforma dos Precários do Estado, comunicação sobre o processo de regularização de trabalhadores precários.
- Do Grupo Parlamentar Os Verdes, comunicação relativa a uma proposta colocada ao Governo sobre os parques de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017.



Colocou à votação a ata da sessão extraordinária de 23 de novembro de 2017.

A ata foi aprovada, com 5 abstenções.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Propostas apresentadas pelo BE:

- Moção “Por um Apoio às Freguesias que promova e salvguarde os interesses das populações”.
- Moção “Pela alteração da Lei das rendas”.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) leu as Moções do seu Partido.

Propostas apresentadas pelo CDU:

- Proposta de Recomendação sobre Áreas de Reabilitação Urbana.
- Moção “Por ocasião 44.º Aniversário da Revolução de Abril”.
- Proposta de Recomendação sobre a reposição da inflação na transferência de verbas para as Juntas de Freguesias.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) apresentou as propostas de recomendação e a moção da CDU.

Disse que, na sua opinião, todas as saudações ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio são muito oportunas, considerando que deviam ser todas aprovadas.

Informou que vai votar favoravelmente a Moção do BE sobre a Lei das Rendas, porque considera que é necessário tomar medidas sérias para travar os despejos absolutamente abusivos que se estão a verificar.

Sobre as propostas de transferência de mais responsabilidades e de mais meios para as Juntas e Uniãos de Freguesia considerou que a proposta da CDU é a mais concreta, porque refere que deve ser aproveitado o excedente inscrito na revisão orçamental para fazer de imediato uma transferência para aqueles órgãos autárquicos, tendo em vista repor os valores da inflação a partir do momento em que foram transferidos os contratos inter-administrativos.



Relativamente à proposta da CDU sobre as Áreas de Reabilitação Urbana, disse que a criação de ARUs nas zonas mais a norte da cidade, nomeadamente Paranhos, Ramalde e Aldoar, era bastante importante, porque existem naqueles locais muitos edifícios a necessitar de reabilitação, e que a concessão de benefícios fiscais, como os que são concedidos aos proprietários de outras zonas, seria um incentivo à reabilitação daqueles edifícios.

Propostas apresentadas pelo PS:

- Moção – “Política comemorativa do dia 25 Abril”.
- Proposta de Recomendação sobre as Juntas de Freguesia.
- Saudação “A todos os trabalhadores na celebração do 1.º de Maio”.

O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) leu os excertos que considerou mais relevantes da Moção sobre o 25 de Abril, da recomendação relativa às Juntas e União de Freguesia e da saudação a todos os trabalhadores na celebração do 1.º de Maio, apresentadas pelo seu Grupo Municipal.

A Senhora Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Sofia Maia leu uma carta que foi enviada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal a todos os Presidentes de Junta e de União de Freguesia.

Lamentou que a referida carta tivesse sido também endereçada, em simultâneo, à Comunicação Social.

Afirmou que o que tinha sido articulado entre os sete Presidentes de Junta e de União de Freguesia tinha sido o pedido de agendamento de uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal para debaterem a questão das delegações de competências.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Machado informou que iria votar favoravelmente a proposta de recomendação da CDU referente às ARU e também todas as saudações ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio.

Sobre a questão das Juntas e União de Freguesia, referiu que na carta enviada ao Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha sido feito um conjunto de considerandos, que tinham como objetivo reforçar as pontes de diálogo entre aqueles órgãos autárquicos e a Câmara Municipal.



Deu conta que as Juntas e as Uniões de Freguesia têm pressionado o Município para lhes delegar mais competências, porque entendem que têm capacidade para as executar, no sentido de reforçar as suas competências de proximidade.

Considerou que a delegação de competências é muito importante para o desenvolvimento das freguesias, mas que é necessário que seja acompanhada dos respetivos meios humanos e recursos financeiros.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) mostrou-se de acordo com todas as propostas relativas ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio e também com as moções apresentadas pelo BE.

Relativamente à proposta do PS sobre as Juntas e as Uniões de Freguesia, disse que se revia totalmente no ponto 3, mas em relação aos pontos 1 e 2 não estava totalmente de acordo. Pediu ao PS para reconsiderar aqueles dois pontos.

O Senhor Deputado Gustavo Pimenta (PS) disse não conseguir entender qual a dúvida da Senhora Deputada do PAN, uma vez que a proposta do seu Grupo Municipal apenas pretende manifestar o inteiro apoio à posição das Juntas e Uniões de Freguesia. Disse que a proposta do PS será submetida à votação sem sofrer qualquer alteração.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite colocou à votação as propostas de recomendação, as moções e as saudações, apresentadas pelo BE, pela CDU e pelo PS.

Bloco de Esquerda

– Moção “Por um Apoio às Freguesias que promova e salvede os interesses das populações”.

Aprovada, por maioria, com 26 votos a favor (RM, PS, PA, CDU, BE e PAN) e 20 votos contra (RM).

– Moção “Pela alteração da Lei das Rendas”.



Rejeitada, com 19 votos a favor (RM, PA, CDU, BE e PAN) e 27 votos contra (RM, PS e PA).

Partido Socialista

– Moção “Política comemorativa do dia 25 Abril”.

Aprovada, por maioria, com 33 votos a favor (RM, PS, PA, CDU, BE e PAN), 7 votos contra (RM) e 6 abstenções (RM).

– Proposta de recomendação sobre as Juntas de Freguesias.

Aprovada, por maioria, com 26 votos a favor (RM, PS, PA, CDU e BE), 19 votos contra (RM) e 1 abstenção (PAN).

A Senhora Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, **Sofia Maia** enviou *a posteriori*, via *correio eletrónico*, um ofício a solicitar a alteração da intenção de voto, de sim para não, na votação da proposta de recomendação sobre as Juntas e União de Freguesias, apresentada pelo PS.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Miguel Pereira Leite** disse que a Mesa decidiu não aceitar o pedido da Senhora Deputada por extemporâneo, determinando que o referido documento ficasse anexo à Ata (Anexo I).

CDU – Coligação Democrática Unitária

– Proposta de recomendação sobre Áreas de Reabilitação Urbana.

Rejeitada, com 21 votos a favor (RM, PS, PA, CDU e PAN), 21 votos contra (RM e PS) e 4 abstenções (PS e BE), com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

– Moção “Por ocasião 44.º Aniversário da Revolução de Abril”.



Aprovada, por maioria, com 28 votos a favor (RM, PS, PA, CDU, BE e PAN), 11 votos contra (RM) e 7 abstenções (RM).

– Proposta de recomendação sobre a reposição da inflação na transferência de verbas para as Juntas de Freguesias.

Aprovada, por maioria, com 26 votos a favor (RM, PS, PA, CDU e BE), 19 votos contra (RM) e 1 abstenção (PAN).

Partido Socialista

– Saudação “A todos os trabalhadores na celebração do 1.º de Maio”.

Aprovada, por maioria, com 36 votos a favor (RM, PS, PA, CDU, BE e PAN), 5 votos contra (RM) e 5 abstenções (RM).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA E DE UNIÕES DE FREGUESIA

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã, em exercício, Filipe Jorge Oliveira solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para se inteirar sobre o que se passa com a interrupção das obras no Bairro de Costa Cabral.

Deu conta que no cruzamento das Ruas da Ajuda e de Alcântara, em Campanhã, existe um enorme buraco que está a provocar muitos acidentes rodoviários. Pediu a intervenção dos serviços municipais para resolver aquela situação e, se possível, colocarem semáforos naquele cruzamento.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António Fonseca lembrou que em 2007 foi criada uma lei que impedia que as Juntas de Freguesias fossem comparticipadas pela Segurança Social, tendo sido, em 2015, apresentada pelo PS na Assembleia da República, com o acordo da CDU e do BE, uma proposta de alteração à referida lei, no sentido de permitir



à Segurança Social comparticipar equipamentos sociais geridos pelas juntas de freguesia, mas essa alteração acabou por ser chumbada em Plenário.

Deu conta que a União de Freguesias, a que preside, está na eminência de não poder continuar a dar respostas sociais à sua população, podendo, inclusive, ter que encerrar algumas valências de apoio social, por não ter condições financeiras para as manter abertas.

Disse que, na sua opinião, a alteração da lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais devia ser novamente submetida à Assembleia da República, para permitir aqueles órgãos autárquicos voltarem a receber a comparticipação da Segurança Social. Pediu a colaboração de todas as forças políticas.

O Senhor presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, José Carvalho disse que até ser divulgada a carta, que tinha como objetivo proporcionar um diálogo entre os Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesia e o Presidente da Câmara Municipal, nenhuma força política se preocupou com o aumento da dotação e das competências para aqueles órgãos autárquicos.

Informou que apenas subscreveu a referida carta, em solidariedade com os restantes Presidentes de Junta, no pressuposto da sua confidencialidade e no pressuposto de que, se tudo corresse com normalidade na reunião com o Senhor Presidente da Câmara, todos os pontos que ela continha se iriam esclarecer.

Sobre a alusão do Senhor Deputado do PS ao mau relacionamento entre a Câmara Municipal e as Juntas e Uniões de Freguesia, deu conta que a Junta de Freguesia do Bonfim, no mandato anterior, teve um relacionamento excecional com o Município, tendo sido resolvidas todas as situações que lhe foram reportadas.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS

A Senhora Deputada Carla Leitão (RM) leu um voto de louvor e reconhecimento à Empresa Municipal Águas do Porto.

Propôs que a Assembleia Municipal fizesse a devida homenagem àquela empresa, fazendo votos para que outras entidades sigam o seu exemplo no que diz respeito à proteção ambiental.



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite disse que aquele voto de louvor não podia ser deliberado naquele período de intervenções. Para ser deliberado teria que ser apresentado no período de apreciação e debate das moções e recomendações.

A Senhora Deputada Sara Santos (CDU) manifestou a sua reprovação em relação ao comunicado emitido pela Empresa de Águas do Porto, que diz que apenas os trabalhadores do SINTAP, o único Sindicato que fez acordo com a empresa em 2017, vão beneficiar da distribuição dos resultados da empresa, abrindo-se uma exceção para os trabalhadores não sindicalizados que subscreveram o referido acordo.

Considerou aquela decisão absolutamente discriminatória, porque, em vez de premiar o profissionalismo, o empenho e o esforço de todos os trabalhadores, presenteia deliberadamente os trabalhadores que pertencem a determinado sindicato.

Disse que uma empresa municipal que vende um bem público, neste caso a água, que tem lucro, seria mais lógico e justo que praticasse preços mais baixos que beneficiassem todos os portuenses. Contudo, a existir uma distribuição de lucros, devia premiar-se o profissionalismo dos trabalhadores, independentemente do sindicato que integram.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) deu conta que uma delegação do PAN Porto se deslocou ao Município de Pontevedra, onde comprovou a eficiência das políticas de mobilidade urbana, considerando que elas podiam inspirar a criação de projetos de potenciação de vivência em zonas específicas da cidade do Porto.

Considerou bastante positiva a já anunciada construção da nova ponte sobre o Douro, esperando que, com as diligências relativas à futura ponte, a recuperação e transformação da Ponte D. Maria Pia não deixe de ser uma prioridade.

Referiu-se à importância do apoio e das campanhas de esterilização dos animais errantes, nomeadamente dos gatos, tendo em conta que a Lei n.º 27/2016, regulamentada pela Portaria 146/2017, proíbe o abate de animais errantes como forma de controlo da população. Informou que as autarquias que necessitem de apoio financeiro para promover campanhas de esterilização de gatos podem candidatar-se ao fundo proveniente da dotação de receitas gerais do orçamento da DGAV – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, criado especificamente para esse efeito.



Mostrou-se satisfeita com a transformação da frota da STCP numa frota descarbonizada e lembrou a importância de se manterem os planos de desincentivo ao uso do veículo particular no centro da cidade e da implementação de estratégias para incentivar o uso dos transportes públicos.

Deu conhecimento de um abaixo-assinado dos moradores do Conjunto Habitacional das torres vermelhas da Pasteleira, em que manifestam o seu descontentamento pelo facto de o Município ainda não ter dado início às obras prometidas em 2016.

A Senhora Deputada Mariana Macedo (PA) mostrou-se satisfeita pela forma como têm decorrido as reuniões da comissão criada para debater as questões relacionadas com a transferência de competências para as Juntas e União de Freguesia.

Felicitou a Adjunta do Senhor Presidente pelo profissionalismo que tem revelado e também todo o Executivo e Presidentes daqueles órgãos autárquicos pela disponibilidade que têm demonstrado para estarem presentes nas referidas reuniões.

Disse crer que, independentemente das divergências ou das diferenças de atuação entre os Presidentes das Juntas e das União de Freguesia, cada um quer o melhor para a sua freguesia, por isso apelou para que a harmonia e a união que se tem verificado se mantenha.

Deu conta que é impossível estabelecer um prazo para pôr em prática as decisões da comissão, e que apenas podem garantir que tentarão, todos e em sintonia, fazer o melhor trabalho possível.

Na ótica da proximidade, referiu-se às questões relacionadas com as associações e coletividades, à questão dos sem-abrigo e à integração dos deficientes na Provedoria do Município.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) mostrou-se satisfeita com o esforço que a Autarquia está a fazer em prol da transparência, nomeadamente com a disponibilização *online* das propostas apresentadas por todos os Grupos Municipais na Assembleia Municipal, dando nota que, na referida página, podem ser consultadas todas as propostas em que o BE manifesta a sua preocupação relativamente à delegação de competências nas Juntas e União de Freguesia sem o respetivo reforço financeiro associado.



Referindo-se ao Abrigo dos Pequeninos, disse tratar-se de um edifício que faz parte integrante do património da cidade, onde funcionou uma valência social que respondia a uma das zonas mais carenciadas da cidade, onde está previsto instalar uma galeria de restauro, manifestando o seu desacordo com aquela decisão do Executivo.

Deu conta do descontentamento da população local que pensou que aquele espaço podia acolher um centro comunitário, um centro médico, uma cozinha social ou uma possível casa das associações.

Considerou que a Câmara Municipal está ainda a tempo de reverter aquele processo.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Aprovação dos documentos de Prestação de Contas do ano económico de 2017.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira dirigiu uma palavra de apreço ao Senhor Doutor João Semedo, que renunciou ao cargo, e cumprimentou a sua sucessora, Senhora Deputada Susana Constante Pereira.

Apresentou as contas referentes ao ano económico de 2017, que resultaram da execução do orçamento aprovado e das respetivas modificações orçamentais, cujos objetivos estratégicos assentaram no desenvolvimento de três pilares – o social, o económico e o cultural.

Enumerou vários projetos, uns já em execução, e outros a ter início assim que oportuno, e os investimentos realizados.

Disse que, se há projetos que podem ser desenvolvidos através da iniciativa privada, ou seja, não implicando investimento público, como são os casos do Pavilhão Rosa Mota ou do Bairro Rainha D. Leonor, a verdade é que há outros que não podem ser desenvolvidos nesses moldes, como, por exemplo, os projetos do Mercado do Bolhão, do Liceu Alexandre Herculano ou do Cinema Batalha.

Deu nota que a razão pela qual o saldo de gerência é atualmente de cerca de 90 milhões de euros, alcançado num período de crescente investimento, deve-se a não se ter gasto onde não se devia gastar e a ter-se encaixado, nos últimos anos, cerca de 35 milhões de euros provenientes de um acordo com o Governo - o designado acordo do Porto.

Considerou que os documentos em apreciação são a expressão de políticas desenvolvidas, mas são também, e sobretudo, documentos técnicos que dão expressão numérica



às atividades realizadas em 2017 e que deviam ser aprovadas, porque resultam de um trabalho competente e rigoroso dos serviços municipais.

Deu conta dos efeitos das operações extraordinárias realizadas em 2016 e 2017.

Disse que os documentos submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal espelham resultados rigorosos, um prudente processo de elaboração do orçamento e da gestão da execução orçamental, e um cuidado permanente na prossecução do objetivo político que se traduz em fazer do Porto uma cidade confortável e interessante.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PA) considerou que as contas apresentadas para aprovação padecem exatamente dos mesmos vícios e dos mesmos méritos que as contas do mandato anterior.

Reconheceu que as contas, sob o ponto de vista estritamente financeiro, são boas contas, que refletem uma redução da dívida de médio e longo prazo e o aumento das receitas correntes de 7,3%, face a 2016. São contas que refletem uma atividade económica conjunturalmente favorável e que, sob o ponto de vista técnico-contabilístico, são rigorosas e traduzem a boa saúde da situação financeira da Câmara Municipal do Porto. Disse que, no entanto, o Município do Porto continua a padecer de um baixíssimo volume de obras, sejam de natureza estrutural ou não estrutural, estruturantes ou não estruturantes, e que a taxa de execução do plano plurianual de investimento, que é o verdadeiro barómetro da capacidade de execução orçamental municipal e do trabalho político de investimento na cidade, continua a ser bastante reduzida, considerando que são preocupantes as taxas de execução orçamental nas áreas do urbanismo, da segurança, da habitação e coesão social, da mobilidade e da qualidade de vida.

Disse que o seu Grupo Municipal vai abster-se na votação daquele ponto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que não conseguiu compreender as contas de aritmética que o Senhor Deputado Francisco Carrapatoso mencionou na sua intervenção relativamente ao número de Mercados do Bolhão, Pavilhões Rosa Mota e pontes, mas a verdade é que o PSD, durante a sua governação de 12 anos, não realizou nenhum daqueles projetos.

Referiu, mais uma vez, que não sente nenhuma animosidade relativamente à forma como o seu antecessor geriu a cidade e as contas do Município. Disse que ele o fez com



os recursos que havia disponíveis, e que não fez mais porque não podia ou porque não quis, o que é perfeitamente razoável e traduz opções políticas perfeitamente legítimas. Relativamente ao IMI, disse se trata de um assunto que está a ser discutido com o Governo no âmbito da descentralização de competências.

Fez notar que algumas das competências que é previsto transferir vão implicar maior despesa para os municípios, uma vez que o Estado Central não vai poder, no imediato, compensar os municípios em termos de transferência de receitas.

O Senhor Deputado Rui Lage (PS) disse que a razão pela qual o seu Grupo Municipal vai votar favoravelmente aquela proposta deve-se ao facto de o PS ter participado na execução orçamental durante cerca de cinco meses, o que não traduz uma adesão inequívoca às diretrizes políticas que presidiram às práticas de gestão do Executivo.

Deu conta que o PS entende que a prudência orçamental e o controlo rigoroso das contas públicas são imprescindíveis para prestar um serviço público de qualidade e para fazer face a imprevistos com que uma Câmara Municipal se possa deparar, mas a verdade é que, apesar de registar como positiva a redução substancial da dívida financeira, que foi conseguida, sobretudo, à custa da arrecadação de IMT e da redução do investimento e de não ter nenhuma dúvida sobre a qualidade técnica das contas, a arrecadação de receitas e a criação de excedentes orçamentais não pode ser em si mesma uma virtude. Disse que, no seu entender, a poupança só é virtuosa quando está ao serviço do bem comum e quando está ao serviço dos cidadãos, sobretudo dos cidadãos mais desfavorecidos.

Considerou que, em muitos aspetos, o Porto vive um bom momento económico, em grande medida em função da atividade turística e da reabilitação urbana, que permitiu aumentar a receita corrente, mas que a prosperidade só beneficia parte da cidade e dos portuenses, tornando a cidade do Porto uma cidade profundamente desigual e contraditória, isto é, uma cidade próspera, com capacidade inovadora e de empreendimento, mas também profundamente empobrecida e desfavorecida.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se considera que amealhar receita com vista à concretização de algumas das obras emblemáticas da cidade justifica o investimento tímido em outras áreas vitais para a cidade, nomeadamente em habitação social e habitação a preços controlados.



Concluiu, dizendo que futuros relatórios de prestação de contas que apresentem como aquele uma incapacidade de executar um investimento assinalável e um saldo de gerência desproporcionado, dificilmente voltarão a justificar o voto favorável do Partido Socialista.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que é verdade que a prosperidade da cidade só atinge uma parte da cidade, lembrando que nenhum outro Executivo, até à sua chegada à Câmara Municipal, em 2013, contribuiu para o desenvolvimento da freguesia de Campanhã como fez o atual Executivo.

Concordou que há iniquidades profundas no município do Porto, pelo que garantiu, a Câmara vai continuar a investir na habitação social, no Mercado do Bolhão e nos transportes públicos, para que os benefícios, de que alguns já usufruem, se possam estender a todos os cidadãos do Porto, não considerando, no entanto, que o facto de baixarem o IMI aos hotéis vá contribuir muito para a felicidade da cidade e dos seus cidadãos.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) deu nota que tem uma leitura do relatório de prestação de contas do ano de 2017 completamente diversa da do Senhor Presidente da Câmara.

Disse que, como referiu, há um ano atrás, era já possível prever nesse mandato que o Senhor Presidente ia deixar cair várias bandeiras da sua candidatura em 2013, a executar em quatro anos, nomeadamente a reabilitação do Mercado do Bolhão e do Pavilhão Rosa Mota, a construção do Terminal Intermodal de Campanhã, a reabilitação da Biblioteca Municipal, o Matadouro, o Aleixo e a revisão do PDM, não tendo sido concretizada nenhuma dessas bandeiras no primeiro mandato.

Relativamente à construção da nova ponte entre as cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia, perguntou porque é que o Senhor Presidente não consultou a Assembleia Municipal sobre a realização daquele projeto.

Considerou que ter um excedente orçamental de 90 milhões de euros não é ter boas contas, porque uma Câmara não existe para dar lucro, isso não faz sentido. Afirmou que ter boas contas é gastar com equilíbrio, é investir com o que se vai conseguindo arrecadar, para melhorar as condições e a qualidade de vida dos cidadãos.

Disse que, na sua opinião, as contas apresentadas revelam incapacidade de investimento e incapacidade para resolver os problemas das pessoas.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, relativamente à nova ponte explicou que a ideia primitiva era alargar o tabuleiro inferior da Ponte Luís I, a exemplo do que foi feito no tabuleiro superior, mas, com base nos pareceres de várias entidades competentes, essa ideia não foi aprovada.

Disse que, após vários estudos e diversas reuniões entre os autarcas das Câmaras Municipais do Porto e de Vila Nova de Gaia, se chegou à conclusão que a melhor solução seria construir uma ponte, à cota baixa, a montante da Ponte Luís I, libertando assim o tabuleiro inferior da Ponte para o transformar em travessia pedonal e pista ciclável.

Disse que, no seu entender, não tem que pedir autorização para anunciar que vai ser construída uma ponte, mas que, de qualquer forma, essa questão foi abordada, por si, há já algum tempo, numa sessão da Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) mostrou-se em desacordo com aquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara.

Disse que, no seu entender, o Presidente da Câmara, mesmo tendo a maioria, tem obrigação de dar conhecimento e debater um assunto daquela natureza no Executivo para dar à minoria o direito de, com a sua capacidade de argumentação e de convencimento, conseguir que a maioria fique do seu lado, para além de ter, depois, de submeter um orçamento à Assembleia Municipal para que seja aprovada a verba para executar o projeto.

Considerou antidemocrático anunciar publicamente um empreendimento daquela envergadura sem o discutir previamente com os seus pares.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que aquele assunto está ainda em estudo e está a ser discutido com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e que, naturalmente, quando as duas câmaras chegarem a um entendimento o assunto será levado ao Executivo, a verba será inscrita no orçamento e a questão será debatida na Assembleia Municipal.

Disse que não lhe parece que haja algo de antidemocrático naquela maneira de proceder.



A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) abordou a questão da Taxa de Execução de 17% do Urbanismo e da Reabilitação Urbana.

Considerou que, relativamente à Juventude, sendo este o objetivo estratégico com um orçamento previsional mais reduzido (207 mil euros) e tendo 2017 sido o ano em que o plano municipal veio a público pretendia perceber ainda o que aconteceu para apenas se investir 76% deste valor, diretamente em matérias de juventude. Referiu que o Porto tem um plano municipal para a juventude muito bom.

Quis saber qual o ponto de situação relativamente às candidaturas a habitação social e à atribuição de casas a famílias economicamente desfavorecidas.

Disse que no documento apresentado são apontados gastos relativos ao combate à violência doméstica e ao tráfico de seres humanos, através do investimento em formação para públicos estratégicos, mas não existe nenhuma referência a qualquer investimento na prevenção do consumo de drogas.

Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para comentar aquelas questões.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira relativamente à habitação social, disse que, atualmente, a procura é superior à oferta e, por isso, foi criado um fundo de apoio ao qual as famílias carenciadas podem recorrer para amortecer parte da renda.

Deu nota que o ritmo de entrega de habitação social está condicionado por diversas razões, nomeadamente porque não se tem construído nova habitação social, questão que é da competência do Estado Central, pelo facto de o Município não entregar habitações não reabilitadas e, também, porque disponibiliza sempre duas casas para que o futuro inquilino possa optar por uma delas.

Sobre os refugiados e migrantes, informou que a Câmara Municipal do Porto manifestou ao Governo Português a sua total disponibilidade para apoiar e colaborar com as instituições competentes que necessitassem, contudo, até à data, nenhuma entidade solicitou a colaboração do Município. Disse que, no entanto, têm dado apoio a iniciativas de outra natureza, nomeadamente ao projeto dos estudantes sírios, promovido pelo Dr. Jorge Sampaio.

Quanto à questão da prevenção do consumo de drogas, disse que foi implementado nas escolas o projeto de educação para a saúde, sendo, portanto, no âmbito da educação que essa matéria está a ser tratada.



A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que no documento de prestação de contas apresentado se pretende que sobressaia a ideia de contas consolidadas e obra feita, mas que se evidencia que não é esse necessariamente ou detalhadamente o caso.

Disse que não se entende porque é que, mais uma vez, embora com um novo Revisor Oficial de Contas, a opinião sobre as contas é dada com reserva.

Considerou inaceitável que, após quatro anos de mandato, e tendo o Senhor Presidente da Câmara garantido, há cerca de um ano, à Assembleia Municipal que o processo de inventariação estava quase concluído, continue a não existir uma cabal prestação de contas à cidade sobre o património municipal.

Disse que, se se fizer uma análise parcelar ao que é apresentado, se encontra demasiadas vezes referência à divulgação de atividades das estruturas da cidade como atividades da Câmara Municipal, mas que, no entanto, essas atividades são das estruturas, não são da Câmara.

Considerou que aquele relatório, do ponto de vista das políticas implementadas, denota a ausência de uma governação que sobreponha as pessoas aos interesses privados, nomeadamente no que diz respeito ao combate à violência sobre as mulheres, à falta de crescimento do parque municipal de habitação social e à inexistência de um plano municipal relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo.

Disse que o Senhor Presidente da Câmara se referiu àquele documento como sendo a expressão de políticas desenvolvidas, políticas essas que o Bloco de Esquerda não subscreve.

Declarou que o seu Grupo Municipal vai votar contra aqueles documentos de prestação de contas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira relativamente ao inventário patrimonial, disse que todas as autarquias do País têm tido dificuldades com a inventariação e cadastro dos edifícios e das parcelas municipais, ou seja, que não se trata de um problema que diga respeito apenas ao Município do Porto.

Deu conta dos valores incorporados nos anos de 2011, 2014, 2016 e 2017, relativos ao património municipal, que se deveu a um trabalho árduo realizado pela Direção Municipal de Finanças e Património da Câmara junto das Conservatórias e das Finanças.



Disse que, de momento, aquelas são as informações possíveis.

Salientou que, naturalmente, os auditores têm que assinalar as suas reservas, como é da sua competência.

A Senhora Deputada Mariana Macedo (PA) disse que o PSD defende a redução do IMI e a devolução de IRS e é também favorável aos cofres equilibrados, desde que não sejam engordados à custa dos impostos dos portuenses. Considerou que não pode ser motivo de regozijo ter 90 milhões de euros nos cofres municipais, tendo pessoas a viver em condições completamente desumanas.

Disse que o Grupo de Trabalho criado para debater a questão da transferência de competências para as Juntas e Uniões de Freguesia propôs que os trabalhos terminassem em abril, não tendo a proposta recebido a anuência do Senhor Presidente da Câmara. Informou que, uma vez que não há entendimento entre as partes, deixará de estar disponível para continuar a pertencer ao referido Grupo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira afirmou que também gostava que baixasse o IRS, que baixasse o IVA, que desaparecesse o IMT e que fossem repostos os salários da função pública, mas que, no entanto, é preciso perceber primeiro qual o impacto que essas medidas terão ao nível do País.

Quanto à questão do Grupo de Trabalho, lamentou que a Senhora Deputada Mariana Macedo se sentisse ofendida, pois não era sua intenção suscetibilizar ninguém.

Reafirmou que o Grupo de Trabalho tem desempenhado as suas funções no tempo que considera necessário e que foi por isso que entendeu que não seria curial da sua parte fazer declarações públicas ou reuniões paralelas com os Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia.

Considerou falta de decoro que forças políticas que propuseram a criação de um Grupo de Trabalho, proposta que o Presidente da Câmara imediatamente aceitou, venham à Assembleia Municipal fazer acusações de que o Presidente é insensível relativamente às pretensões das Juntas e Uniões de Freguesia, que estão ainda a ser avaliadas pelo referido Grupo, e que o critiquem por não ter levado a cabo as conclusões do Grupo de Trabalho, quando o trabalho ainda não está concluído.



O Senhor Deputado Serafim Nunes (PS) considerou que há uma narrativa, que tem vindo a ser repetida *ad nauseam*, sobre as boas contas à moda do Porto que tem fundamentalmente duas componentes: o saldo de tesouraria, que tem vindo a ser apresentado como referência de uma boa gestão municipal, e a questão do endividamento, sobretudo bancário, que tem sido referido também como outra componente dessa mesma boa gestão.

Deu conta que, comparando os documentos de prestação de contas do último mandato do Dr. Rui Rio com os documentos de prestação de contas do primeiro mandato do Dr. Rui Moreira, constata-se que nas contas apresentadas pelo Dr. Rui Rio constam os pagamentos do Parque da Cidade, que fizeram ascender as despesas de investimento a 168 milhões de euros, tendo as despesas de investimento no mandato do Dr. Rui Moreira sido de 101 milhões de euros, ou seja, há uma diferença de 67 milhões de euros. Comparando também o montante da recolha do IMT nos dois mandatos verifica-se que há uma diferença de cerca de 60 milhões de euros, diferença de valores que pode explicar o aumento do saldo de tesouraria ou a diminuição da dívida.

Concluiu dizendo que não está nada otimista, nem vê razão para intervenções tão laudatórias sobre o que se passou nos últimos quatro anos e que, no seu entender, é preciso ser muito prudente na abordagem do futuro, porque aquilo que aconteceu nos últimos quatro anos tende a desacelerar.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira informou que os mapas relativos à despesa e ao investimento, distribuídos na reunião de Câmara, são reais.

Disse que a recomendação feita pelo Senhor Deputado para que haja prudência em relação ao futuro vem reforçar o seu argumento. Lembrou que um dos princípios fundamentais da macroeconomia diz que quando a economia está boa não se devem baixar impostos, deve-se deixar isso exatamente para os momentos em que há crise.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) afirmou que, ao contrário do Partido Socialista, o atual Executivo não chama a si aquilo que é de todos. O bem que está feito e o que permitiu os excedentes apresentados não se deve à Câmara Municipal, deve-se, acima de tudo, ao Porto, aos seus agentes económicos e aos privados.

Fez notar que, comparando a execução orçamental de 2017 com a de 2016, verifica-se que em 2017 há aumentos em todas as áreas chave, nomeadamente na coesão social,



que aumentou de 15 para 18 milhões de euros; na mobilidade e transportes, que passou de 7 para 10 milhões de euros; na cultura, que passou de 2 para 5,5 milhões de euros; e na inovação, que passou para o dobro.

Relativamente à afirmação do PS sobre não haver despesa com consciência social, lembrou que houve um aumento nas despesas correntes, que teve a ver, por exemplo, com a integração de trabalhadores da Suma e da Recolte; com o aumento de efetivos na Polícia Municipal; e também com as reposições salariais.

Considerou que, desde 2008, o ano de 2017 foi o que teve o nível de investimento mais elevado. Investiram-se 13 milhões de euros em recuperação de habitações, 7 milhões de euros em edifícios e 4 milhões de euros em arruamentos e via pública.

Disse que, conforme referiu o Senhor Presidente da Câmara, há projetos a realizar, há ideias a colocar em prática, há imprevistos, há contraciclos e há a probabilidade de surgirem dias piores, pelo que a existência de disponibilidade de verba para fazer face a todas essas circunstâncias é o maior sinal de prudência que aquele relatório podia revelar.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) sublinhou que aquilo que disse foi que o seu desejo veemente é que o que foi aprovado no Orçamento para 2017 tivesse sido executado.

Aprovada, por maioria, com 31 votos a favor (RM, PS e PAN), 8 votos contra (PS, CDU e BE) e 7 abstenções (PS e PA).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite deu por concluídos os trabalhos, dando início ao período de intervenção dos munícipes.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES

Os munícipes inscritos já não se encontravam presentes.

E nada mais havendo a tratar o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade**, declarando encerrada a sessão, eram 01h00.

O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A 1.ª Secretária da Mesa

Paula Ribeiro de Faria



ANEXO I

Exm.º Sr. Dr. Miguel Pereira Leite

Digníssimo Presidente da Assembleia Municipal do Porto

Venho por este meio dar conhecimento a V. Ex.ª de que, na Assembleia Municipal realizada no passado dia 23/04/2018, ocorreu um lapso no momento em que pretendi expressar o meu voto, relativamente à PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO sobre as Juntas de Freguesias, apresentada pelo Partido Socialista.

Com efeito, o voto que pretendi expressar foi “NÃO” mas, por lapso, pressionei a tecla errada, correspondente ao “SIM”.

Nesta conformidade, venho solicitar a V. Ex.ª que seja retificado o meu sentido de voto relativamente à PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO acima identificada, de forma a que passe a constar, sem margem para qualquer dúvida, que votei contra aquela Proposta, sendo por isso o meu voto inequivocamente “NÃO”.

Sem outro assunto de momento, apresento a V. Ex.ª os meus melhores cumprimentos.

Sofia Maia

Presidente da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos